

Capitalismo dependente, Revolução burguesa e universidades

Roberto Leher

Como citar: LEHER, Roberto. Capitalismo dependente, Revolução burguesa e universidades. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 259-276. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p259-276>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E UNIVERSIDADES

Roberto Leher

MARCELO TOTTI. O professor Roberto Leher é professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor em educação, professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes e pesquisador bolsista do CNPQ. Além de ter uma atuação acadêmica, possui uma atuação sindical significativa. Foi presidente do nosso Sindicato Nacional – ANDES-SN (2000), um Sindicato de luta e defesa da universidade pública e, mais amplamente, da educação pública.

A produção intelectual do professor Roberto Leher versa sobre a universidade pública e sobre o pensamento de Florestan Fernandes, em especial as discussões sobre capitalismo dependente e a questão da Universidade. Além disso, o professor Roberto Leher foi reitor da UFRJ (2015-2019) em um período em que os vencedores da lista tríplice eram nomeados, processo de escolha por meio de consultas realizadas com voto paritário, o que foi algo bastante significativo em sua eleição.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p259-276>

Leher tem importante atuação militante do campo progressista, não só na universidade, mas no Rio de Janeiro. Então tem uma grande contribuição a nos dar essa noite. Então é com enorme satisfação que apresento o professor Roberto Leher. Em sua exposição Leher vai discutir o pensamento do Florestan abordando o capitalismo dependente como determinante da heteronomia cultural.

E o nosso colega Professor aqui da casa, né, nosso amigo, posso dizer assim, nosso amigo professor Anderson Deo que é graduado em Ciências Sociais pela Fundação Santo André, fez mestrado e doutorado aqui na unidade, o professor Anderson fez um recém pós doutorado em teoria política contemporânea na universidade Degli Studi di Urbino Carlo Bo, e tem também trabalhos que versam aí sobre a temática de Florestan Fernandes que é a discussão da questão da autocracia burguesa em seus trabalhos aí do doutorado e do mestrado e tem inúmeros artigos sobre Ducati entre outros autores do campo marxista. Então convido a todos, a quem se interessar a discutir os temas aí a estudarem os textos do Professor Anderson e também do professor Roberto Leher. Bom, eu vou encerrar aqui rapidamente e dar tempo aos nossos palestrantes aí pra falarem, eu passo então ao professor Roberto Leher que tem o tempo disponível, professor, fique à vontade.

ROBERTO LEHER: É uma alegria enorme estarmos juntos. A Unesp tem assegurado uma contribuição muito importante para manter vivo o pensamento de Florestan Fernandes, a exemplo da 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP, 1986 (que foi sistematizada no excelente livro *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizado por Maria Angela D’Incao, 1987) e, sobretudo, para ampliar o diálogo das atuais gerações com a sua obra, por meio do presente evento.

É uma imensa honra dividir a mesa com o Professor Anderson Deo. Registro a felicidade de estar junto com todas e todos os que estão nos acompanhando nesta noite em que se realiza um evento tão luminoso. Hoje é uma data muito significativa. Seguramente, Florestan Fernandes teria feito pronunciamentos muito densos e profundos neste Dia da

Consciência Negra (20 de Novembro). Ontem vimos uma cena que vem se repetindo em nosso país: a morte por asfixia de João Roberto Silva Freitas no supermercado da multinacional Carrefour. Aconteceu algo muito parecido aqui no Rio de Janeiro em 2019, no Supermercado Extra, em que um jovem rapaz de 19 anos, Pedro Henrique de Oliveira Gonzaga, foi igualmente sufocado pelos seguranças e que, até o momento, não foram julgados. É imperioso destacar que no dia do assassinato de João Roberto, as ações do Carrefour subiram 1.5%. Neste dia, o vice-presidente da República, o general Mourão atestou que no Brasil inexistia racismo. A obra de Florestan, particularmente o seu trabalho elaborado no contexto da sua tese “A integração do negro na sociedade de classes”, investiga sobre como o povo emerge na história, é uma obra viva e de enorme importância para pensarmos no racismo classista em nosso país. Minha solidariedade à família do João Roberto, às lutas de todos os coletivos e movimentos antifascistas de nosso país.

**

Destaco, por relevância, os conceitos de capitalismo dependente e sua análise da particularidade da revolução burguesa no Brasil para subsidiar o encerramento de um ciclo de debates que, a meu ver, coloca a obra de Florestan Fernandes em interação com um dos contextos sociais mais dramáticos da história do Brasil, conjugando as consequências devastadoras da pandemia de Covid, a fome, a destruição de postos de trabalho e o espectro neofascista.

CAPITALISMO DEPENDENTE

O primeiro ponto que eu gostaria de salientar e destacar em relação à obra de Florestan Fernandes diz respeito justamente ao capitalismo dependente. O percurso teórico que permitiu Florestan chegar a esta problemática, como salienta o magistral estudo de Miriam Limoeiro Cardoso, inaugura uma maneira muito original, muito profunda, muito

densa, muito penetrante de pensar a particularidade do capitalismo no Brasil. Esse percurso teórico resulta de um brilhante estudo científico de Florestan que, em minha análise, contribuiu ontem e hoje para pensarmos as relações de classe em nosso país e, sobretudo, como as frações burguesas locais interagem com as frações hegemônicas.

Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, 1968 ele vai desenvolver sistematicamente o conceito de capitalismo dependente. Este estudo conforma, de fato, um momento novo da reflexão Florestaniana. Miriam Limoeiro Cardoso em seu 'clássico' sobre a gênese do conceito de Capitalismo dependente reconstrói o percurso teórico que leva nosso autor a sistematizar o conceito. É necessário salientar que este trabalho de Florestan tem uma riqueza metodológica imensa, particularmente porque nele Florestan inova o modo de pensar as classes e o capitalismo no Brasil. Fernandes conclui que não podemos estudar o Brasil como um campo de estudo fechado, como um campo de estudo que se basta, porque, justamente, o Brasil é parte do capitalismo mundial, é parte de um sistema Mundial, é parte do modo de produção capitalista. Florestan destaca, ainda, que a particularidade do modo de produção capitalista no Brasil não pode ser pensada na perspectiva do evolucionismo vulgar que prevaleceu inclusive no campo da esquerda e até mesmo no pensamento marxista e que, de alguma forma, esteve presente na perspectiva da Revolução Nacional Democrática que marca a estratégia da esquerda brasileira nos anos 1950 e até o golpe empresarial-militar de 1964. Naquele contexto, em conformidade com a Declaração de Março de 1958 do PCB, perdurava a perspectiva de que no Brasil existiam grandes enclaves pré-capitalistas, grandes enclaves de características feudais. Para que tais bolsões fossem removidos seria preciso capilarizar o capitalismo moderno, industrial, referenciado no assalariamento de todas as relações de trabalho. Decorre desta leitura que somente em aliança com os segmentos modernos da burguesia seria possível acelerar a universalização do modo de produção capitalista em todo o território. Desse modo, a esquerda estaria fadada a construir uma aliança burguesa para acelerar a Revolução Nacional Democrática, burguesa, sem a qual o Brasil não poderia ser um país hegemônico pelo modo de produção capitalista. A estratégia para o

socialismo envolveria, por conseguinte, duas etapas, a burguesa e, com o amadurecimento das condições capitalistas, a socialista. Foi nesse ambiente de reflexões que aconteceu o golpe empresarial-militar que dirimiu a dúvida sobre o lugar histórico das frações burguesas dominantes locais, quase que integralmente envolvidas na construção do golpe. Os supostos setores modernos e propensos a uma via nacional de desenvolvimento estavam essencialmente engajados no golpe.

Destoaram dessas avaliações dois grandes intérpretes do Brasil, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. Estes autores nos mostraram que, nos anos 1950, o Brasil já era um país capitalista. Florestan precisou ainda mais a análise: o capitalismo no Brasil tem que ser lido no prisma específico do desenvolvimento desigual do capitalismo. Isso altera em profundidade toda a perspectiva estratégica.

Na ótica Florestaniana, o golpe demonstrou – e ele teorizou isso – a estratégia política da esquerda não passa por uma aliança com os setores ditos modernos das frações burguesas locais que, apoiadas pela classe trabalhadora, acelerariam a Revolução Nacional Democrática, afirmando um projeto auto propelido de nação. Sua elaboração certamente resulta da interpelação do golpe empresarial-militar de 1964. Equaciona de uma maneira muito sistemática e profunda a natureza do capitalismo e, por isso, essa formulação do Florestan, a meu ver, pode ser elencada como uma das suas grandes contribuições para o pensamento social crítico em nosso país.

É importante destacar que a partir da teoria do capitalismo dependente se afirma na ciência social brasileira uma robusta análise que altera as visões correntes sobre o imperialismo. Em sua interpretação, a acumulação do capital no Brasil se dá, concomitantemente, em circuitos nacionais, com o real protagonismo das frações burguesas locais e, o que é crucial, em interação com os núcleos hegemônicos externos. Florestan inova teoricamente ao demonstrar que o imperialismo não é uma realidade externa ao país. O imperialismo não é uma realidade que vem de fora para dentro como se a nossa burguesia fosse uma vítima indefesa dos grilhões imperialistas; ao contrário, o imperialismo expressa inextrincável interação com entre as frações burguesas locais – sem estas não teríamos

uma eficácia tão grande do imperialismo que, embora mantendo forte depleção de riqueza para os núcleos hegemônicos, não impede que o Brasil esteja no rol dos países que têm o maior PIB Mundial, entre as dez maiores economias do mundo. Ademais, a grande burguesia local está muito bem ranqueada na lista dos bilionários que a revista Forbes elenca todos os anos, destacando os mais ricos do mundo: o país possui 65 bilionários, uma posição expressiva. A inclusão social dos bilionários na lista da Forbes é sumamente relevante para pensar o capitalismo no Brasil e a força relativa de sua poderosa burguesia. Florestan compreende que a acumulação no nosso país deve ser capaz de propiciar uma margem significativa de mais-valia para que possa ser compartilhada com os sócios maiores dos centros hegemônicos, sem descurar dos ganhos das frações burguesas locais. O que é necessário ressaltar é que determinadas frações burguesas locais logram obter mais do que migalhas da mais-valia extraída no país.

Florestan Fernandes sustenta que o capitalismo no Brasil está assentado num padrão de exploração muito severo do trabalho e em um movimento permanente de expropriações, o que pode ser verificado pela ausência da reforma agrária no Brasil, mas, também, por expropriações de segunda ordem, como a negação de direitos sociais e, após a Constituição de 1988, como a destruição das conquistas, situação em curso no Brasil.

A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

O segundo ponto que eu destacaria da contribuição do Florestan é o seu trabalho sobre a Revolução Burguesa no Brasil, obra concluída em 1975, sobretudo a terceira parte deste livro. O livro nos mostra que a revolução burguesa no Brasil é ‘sui generis’ e não pode ser interpretada a partir de modelos que aconteceram em outros países, particularmente as revoluções burguesas a quente como a revolução francesa e a revolução estadunidense.

No caso brasileiro tivemos uma revolução sem revolução, ou seja, uma revolução que não engendrou condições para que os subalternos, os expropriados, os explorados e os humilhados da terra alcançassem um patamar de efetiva cidadania e de direitos sociais inseridos no projeto de

nação, inseridos em um projeto auto propelido de nação. Ao contrário, Florestan nos mostra que esta revolução burguesa ‘sui generis’, revolução sem revolução, revolução pelo alto, propiciou condições de enorme mobilização industrial e tecnológica, porém sem integração dos de baixo. Em condições muito adversas, pois em uma ditadura, constituímos um Estado com forte inteligência entranhada em suas vísceras. Isso ocorreu principalmente no período da ditadura empresarial-militar. A expansão da pesquisa e da pós-graduação brasileiras se deu justamente neste período. Esta revolução burguesa ‘sui generis’ tem caráter modernizante, dinâmico, não significa atraso e uma burguesia débil; não configura, em suma, uma burguesia vitimada pelos centros hegemônicos.

É um capitalismo dependente. Florestan não está falando em dependência. Está falando em capitalismo, e, no caso particular brasileiro, de um capitalismo dependente. É importante destacar que a análise que Florestan faz sobre a revolução burguesa no Brasil está profundamente imbricada a uma reflexão complexa e muito controversa. Na época em que o livro foi publicado, final dos anos 70 sobretudo, a chamada sociedade civil estava sendo reorganizada e muitos viam que o horizonte futuro seria de ‘ocidentalização’ da sociedade brasileira. Distintamente, em seu livro, Florestan preconiza a centralidade da autocracia burguesa como forma específica do capitalismo dependente. E justamente a análise que Florestan vai fazer sobre autocracia burguesa foi muito mal compreendida em vários círculos da época, como se fosse equivalente a formas arcaicas de negação da Democracia. Florestan demonstra que a autocracia burguesa tem um caráter modernizante, mas que está profundamente assentada na lógica e na estrutura de poder autocrática. De fato, quando Florestan publicou seu trabalho em 75, o país vivia a chamada abertura “lenta, gradual e segura”. No final dos anos 70, irrompe um acentuado ascenso das lutas sociais no Brasil. Muitos imaginavam, então, que a autocracia estava sendo superada, varrida e que, com o processo constituinte, seria uma realidade superada historicamente. De fato, a constituinte que contou com o protagonismo do Deputado Florestan (PT) resultou em uma Constituição muito mais favorável aos direitos sociais do que a correlação de forças entre os partidos permitia antever. Por isso, grande parte dos cientistas sociais acreditou

que o país entraria em um longo período virtuoso de democracia. Na realidade, como podemos acompanhar no golpe de 2016, ao contrário daquelas expectativas, traços autocráticos seguiram subjacentes no país, contudo, em 2016 fica patenteado que os setores dominantes, em sua quase totalidade, atuou deliberadamente em prol da autocracia com características extremamente perigosas. O bolsonarismo não foi, por conseguinte, um raio em céu azul.

UNIVERSIDADE NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Finalmente, gostaria de enfatizar as contribuições de Florestan para pensarmos a universidade e a educação pública. Florestan escreveu um livro muitíssimo luminoso que, na realidade, é uma compilação articulada de intervenções e de debates que ele participou, sobretudo com o movimento estudantil. Os debates institucionais estavam interditados em 1968 e poucos espaços ousaram/ puderam enfrentar a ditadura. Os escritos de Fernandes foram elaborados a quente, no contexto das lutas pela reforma universitária. Originalmente, a obra “Universidade brasileira: reforma ou revolução?” seria publicada em 1969, mas a edição do AI-5 e do Decreto 477/1969 levou a editora a postergar a publicação. Desse modo, o livro somente foi publicado em 1975. Ademais, o leitor se beneficiou de um brilhante e esclarecedor prefácio à segunda edição (1978) elaborado por seu autor que faz um primoroso diagnóstico da política universitária da ditadura e de como as medidas governamentais foram recepcionadas pelas universidades.

Entendo que, ao contrário da própria avaliação de Florestan Fernandes, o livro não é uma produção menor em sua grandiosa obra. Nesta publicação ele faz indicações muito valiosas, penetrantes, densas sobre a universidade, a educação em nosso país e a heteronomia cultural. Florestan conclui que as amarras que nos aprisionam à heteronomia cultural não decorrem de heranças e correntes do passado, mas do próprio capitalismo dependente, ou seja, a heteronomia cultural que caracteriza o país está fortemente vincada à natureza do capitalismo dependente.

Florestan elenca os desafios para projetarmos o futuro da universidade brasileira. O sociólogo destaca que é imperioso fazer um severo ajuste de contas com o modelo universitário engendrado no contexto do Ato Institucional nº 5, especialmente a forma heterônoma de definição das linhas de pesquisa em espaços externos à universidade, lugares ocupados, sobretudo, pela inteligência contrarrevolucionária que atuou vivamente no interior da universidade brasileira. No referido prefácio a *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* Fernandes conclamou, instou, que uma das tarefas da chamada redemocratização era fazer um rigoroso ajuste de contas com o modelo universitário ditatorial. Mesmo na constituinte, que logrou avanços, os fundamentos da organização da universidade e das políticas de ciência e tecnologia herdados da ditadura não foram inteiramente derrubados. Foi criado o ministério da Ciência e Tecnologia ainda na Nova República, mas o fato é que a lógica de produção do conhecimento, por meio de linhas e editais de pesquisa, não foi enfrentada, nos aprisionando aos circuitos de produção do conhecimento estabelecidos com os governos, em detrimento da autonomia universitária que não pode ser livremente exercida.

Evidência disso é o fato de que as grandes problemáticas científicas que, com avanços e recuos marcaram o debate social dos anos 50 na América Latina, de uma forma geral desapareceram da agenda, pelo menos da agenda central de pesquisa em nosso país. Eu me refiro particularmente aos estudos que abordam os determinantes do subdesenvolvimento, o que caracteriza o subdesenvolvimento, porque que as nações têm processos tão desiguais de desenvolvimento, porque temos pobreza, o que são os determinantes da pobreza, enfim, essas perguntas deixaram de ter centralidade na universidade brasileira.

A ditadura nos legou, ademais, uma estrutura universitária muito pouco democrática. Essa autonomia tutelada pelo governo é incompatível com a autonomia universitária. O não enfrentamento da questão democrática, a exemplo das eleições para reitor, cobram altíssimo preço no atual contexto, claramente de inspiração neofascista.

É por tudo isso uma obra essencial para tornar pensáveis os dilemas atuais da educação, da ciência, da cultura, da arte. A proposição que ele fez sobre o capitalismo dependente e seus nexos com a heteronomia cultural,

no citado prefácio e nos demais capítulos do livro, confirma que Florestan está munido de uma reflexão que amadurecida teoricamente. Nesta obra encontramos, além disso, preciosas reflexões sobre a relação educação e desenvolvimento já embebidas desses novos marcos teóricos que Florestan foi capaz de engendrar.

**

A obra de Florestan é necessária para pensarmos o contexto atual de nosso país. Tenho sustentado – e não é uma formulação original, pois presente em muitas análises – que não podemos dissociar 2016 de um novo momento da autocracia burguesa em nosso país. É importante destacar que a destituição da presidenta Dilma contou com o imenso apoio do andar de cima, todas as principais frações burguesas apoiaram a ruptura democrática, e com uma concepção muito nítida, muito explícita, do que deveria acontecer no dia seguinte após a destituição da Presidenta Dilma: uma mudança na radicalidade da agenda neoliberal sem precedentes, estreitando as vias democráticas, ainda que formais.

A defesa de que a Constituição de 1988 deveria ser interrompida, bloqueada, travada, tornada sem efeito, particularmente e seus dispositivos relativos à área social (que consubstancia o nome “Constituição Cidadã”) foi um consenso entre os patrocinadores do golpe, como expresso na “Ponte para o Futuro”. O principal movimento nessa direção foi a aprovação em tempo recorde da Emenda Constitucional nº 95/2016. De modo acertado, os seus elaboradores criaram um ardil orçamentário para que os modestos avanços nos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas tivessem que ser extirpados, em nome da responsabilidade fiscal. Para segurar o (falso) déficit da previdência iniciaram o processo de redução relativa do salário-mínimo e, ao mesmo tempo, foram empreendidas ações para flexibilizar de modo extremo os direitos trabalhistas, o que foi feito com a reforma trabalhista de 2017.

No contexto imediatamente após o golpe, o bloco no poder buscou repactuar a agenda neoliberal, retirando os seus elementos sociais e salvaguardas para as frações burguesas locais. Embora estejamos dentro de um sistema de acumulação neoliberal desde os anos 1990, o sistema de acumulação neoliberal tem particularidades: Collor não é igual a FHC, Lula da Silva não é idêntico a FHC e, a rigor, Dilma Rousseff não é igual ao governo Lula da Silva. Florestan nos ajuda muito a pensar essas particularidades.

Nos dias de hoje, temos um reposicionamento do papel dos militares, importantes segmentos das forças armadas aderiram aos preceitos da chamada guerra cultural, um movimento que muito supunham no baú dos acontecimentos históricos. Conhecemos novas formas de desestabilização, como ocorreu no governo Dilma Rousseff em que a chamada revolução dos algoritmos foi aplicada para corroer o senso comum que até então simpatizava com os governos do PT. Formas de interpelação e acionamento de elementos reacionários foram acionados nas massas populares, em benefício da extrema-direita que se nutriu e foi alicerçado pelo chamado lava-jatismo. O fato é que o bolsonarismo encontrou o seu Bolsonaro e quando o bolsonarismo encontra o seu Bolsonaro, passamos a viver uma combinação muito perigosa entre o ultra neoliberalismo e as perspectivas neofascistas. É isso que marca o contexto atual de guerra cultural que conjuga o fundamentalismo econômico neoliberal extremo – nas palavras do ministro Paulo Guedes: “colocamos uma granada no bolso do inimigo”, o inimigo, no caso, é o servidor público que ficará por mais de uma década sem reajuste, em um contexto de enorme inflação; anteriormente, o mesmo ministro mostrou indignação com o fato de que até a empregada estava podendo viajar para Miami, enfim, todos esses processos ultrarreacionários passam a compor o cotidiano balizado pela referida guerra cultural. Outra faceta da guerra cultural é o profundo ataque a toda a herança de um Estado que ainda continha setores de inteligência e que hoje é tido como um estorvo: pensemos no fechamento dos órgãos de ciência e tecnologia, o nos ataques à ANVISA, ao IBGE, ao INPE, às universidades e, cotidianamente, aos cientistas qualificados pelo presidente como “canalhas”.

O governo Bolsonaro se notabiliza pelas intervenções nas universidades. Desde sua posse, ocorreram 45 processos de escolha de dirigentes no nosso país, destes, somente 18 novos reitores foram os vencedores a consulta, confirmando o avanço autocrático nas instituições universitárias. É uma situação muito estruturante, muito grave, visto que, ao mesmo tempo, temos mudanças na Capes, no sistema de avaliação, na tentativa de esvaziamento das revistas científicas brasileiras, e mudanças de editais para suprimir problemáticas que entram em confronto com as concepções governamentais. Tenho argumentado que a política de editais é uma marca da heteronomia construída no período da ditadura empresarial-militar, visto que as linhas de pesquisa passaram a ser definidas em âmbito externo às instituições universitárias.

Tudo o que ocorre de antidemocrático nas universidades revela um quadro extremamente preocupante. É uma situação que precisa ser alterada de modo profundo; daí a atualidade da elaboração estratégica realizada por Florestan por meio da dialética “revolução dentro da ordem” e da “revolução fora da ordem”. A inquietação social está ganhando corpo em nosso país. Estamos vivendo um período muito vivaz e luminoso de elaboração do pensamento crítico. As diversas atividades que aconteceram nos últimos meses no contexto da pandemia demonstram a pujança da reflexão social brasileira, como pode ser visto, por exemplo, na qualidade das perguntas do público que acompanha os debates, por meio de “lives”, aulas públicas, debates, seminários, encontros diversos. Quando estamos fazendo perguntas interessantes, estamos construindo as condições para conduzir essas perguntas até o fim, na perspectiva de superação de uma ordem social que, conforme aponte no início da minha fala, é marcada pelo racismo, é marcada pela brutalidade e por formas de reprodução das desigualdades sociais que se caracterizam como uma das mais perversas do mundo. Os aportes de Fernandes, nesse sentido, são imprescindíveis enfrentar as interpelações do tempo histórico. Fico por aqui para a prostrar com o público e, assim, construir nossa reflexão conjunta.

MARCELO TOTTI: Obrigado Roberto pela brilhante exposição, uma análise que vai do capitalismo dependente até a análise conjuntural atual. Esse é um pouco o espírito do nosso evento. Vou começar aqui pela do Henrique: “é possível afirmar que a política educacional da ditadura já tinha princípios e fundamentos neoliberais?”

ROBERTO LEHER: Henrique, registro a alegria de estarmos compartilhando o evento! No período da ditadura encontramos proposições neoliberais? Eu entendo que sim. Apesar de termos uma situação muito heterogênea no período da ditadura empresarial-militar brasileira, o campo da educação sempre foi fortemente centralizado pelos liberais de direita. Não podemos nos esquecer que foi no período da ditadura que tivemos a chegada ao Brasil da chamada teoria do capital humano, atualizada na Escola de Chicago, justamente no contexto de sistematização da doutrina neoliberal. A chamada teoria do capital humano chega ao Brasil com objetivos explicitamente políticos. Em 1963/1964, antes do golpe, a influência da USAID era enorme. Nos documentos da USAID era recorrente o diagnóstico de que a educação brasileira era muito marcada pelo marxismo e por outras perspectivas ditas populistas que colidiam com as concepções “do mundo livre”. Naquele contexto, um analista da USAID recomendou como antídoto ao marxismo a incorporação dos trabalhos de Schultz sobre a teoria do capital humana na educação brasileira. A perspectiva educacional liberal-conservadora, neoclássica, individualista, é o fundamento do neoliberalismo. O tema central da chamada teoria do capital humano (e do neoliberalismo) é a liberdade do indivíduo no mercado: cada indivíduo forja seu próprio capital humano e faz uso dele no mercado. Um bom capital humano pressupõe que a criança e os jovens saibam mostrar os seus ‘dentes no mercado’ para assegurar melhores condições de venda da força de trabalho ou, atualmente, para se desenvolver no mercado por meio do empreendedorismo. O neoliberalismo no Brasil sempre esteve associado ao pensamento reacionário de direita. A reforma da pós-graduação brasileira que a institucionalizou foi feita pelo Newton Sucupira, meu colega na Faculdade de Educação da UFRJ – quando fiz o concurso de ingresso, ele estava se aposentando. Newton Sucupira

estava referenciado numa perspectiva moral conservadora ancorada no liberalismo de direita. Ainda que os liberais conservadores não tenham ocupado o cargo de ministro da Educação foram quadros da escola de Chicago que referenciaram parte relevante das concepções praticadas pela ditadura, sobretudo após o agravamento da crise econômica dos anos 1970, a exemplo do ex-presidente do Banco Central Geraldo Langoni (1980-1983), um quadro que influenciou o pensamento educacional da ditadura empresarial-militar; antes dele outros quadros podem ser inseridos no âmbito neoliberal, como Eugênio Gudim e Octávio Gouveia de Bulhões (Ministro da Fazenda entre 1964-1967).

MARCELO TOTTI: baseado em seus estudos sobre o capitalismo dependente teorizado por Florestan, historicamente não tivemos investimentos relevantes em ciência e tecnologia. Após 2016 foi aprovada uma reforma trabalhista que flexibiliza as relações de trabalho (intermitente, precário) e uma reforma do ensino médio que retira conteúdo científico da formação dos jovens, tudo isso atrelado a uma diminuição drástica dos investimentos em Ciência e Tecnologia. Como estamos vendo na pandemia, o país encontra-se vulnerável em relação aos insumos para as vacinas, assim como em relação a produção de medicamentos básicos. Qual o papel da Universidade no próximo decênio? Qual o nosso no futuro daqui a dez anos diante desse quadro?

ROBERTO LEHER: Uma excelente questão, mas muito difícil de desenvolver. É uma pergunta necessária e dolorosa, mas precisamos fazer esta pergunta. Há tempos que o Brasil está descomplexificando suas cadeias produtivas. Enquanto nos anos 1960 e 70 falávamos em filiais das multinacionais, hoje falamos em montadoras. Não se trata apenas de nomenclatura. É uma mudança de conteúdo: uma montadora “monta”, faz acoplamento de peças e estruturas em geral produzidas em outros países, atualmente, notadamente na China, mas não apenas. Uma filial normalmente desenvolvia industrialmente todos os componentes,

efetivando certo encadeamento produtivo. Um exemplo que não pode ser esquecido foi o encadeamento da indústria automobilística entre 1960 e 1980. Tivemos empresas públicas importantes no Brasil; os casos óbvios são a Embraer e a Petrobras. A primeira tem sua história associada ao ITA, a petroleira também está alicerçada em um desenvolvimento tecnológico muito significativo: possui um grande centro de pesquisa (CENPES) com muita capilaridade nas nossas universidades, a exemplo da UFRJ. Mas cada vez mais falamos em empresas de alta tecnologia como exceções no parque industrial brasileiro. Em um estudo que o IBGE realizou sobre a inovação (PINTEC), é possível verificar que a inserção no setor privado dos mestres e doutores, inclusive os provenientes das ciências duras, mesmo no período de expansão Econômica como 2007/2009, é muito baixa. Dos cerca de 50 mil Mestres e Doutores formados nas chamadas ciências duras, menos de 1% trabalha no setor privado com pesquisa e desenvolvimento. Esta situação é completamente distinta da existente nos Estados Unidos, em que cerca de 90% atuam no setor privado, parte significativa em áreas afim e conexas à pesquisa e desenvolvimento.

O padrão de acumulação no Brasil está sofrendo mudanças que expressam as contradições do capitalismo dependente. Todas essas mudanças estão profundamente imbricadas com o sistema político de dominação que está em curso hoje em nosso país. Qual é o cenário em nosso país para o futuro da universidade? Nenhuma fração burguesa dominante, grifo, nenhuma, coloca a universidade pública, autônoma, gratuita, referenciada na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como parte do seu projeto de futuro. Até a agricultura que ensejou grande desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro mudou. Os pacotes tecnológicos associam transgênicos, insumos e mercado. Isso reduz a necessidade de pesquisa e desenvolvimento em nosso país. É forçoso reconhecer que, se olharmos uma escala mais ampla, vamos constatar que o Brasil está se afastando de uma inserção na economia mundial a partir de cadeias produtivas sofisticadas, com pujantes departamentos de pesquisa e desenvolvimento etc.

Entendo que esse panorama explica muito as motivações governamentais, após o golpe, ao promover mudanças, como as do

chamado Novo Ensino Médio, conforme muito bem destacado por Marcelo Totti. Qual é mensagem que está sendo passada para os jovens? É que a formação, mesmo no nível médio, diferente do que aconteceu na Coreia e em outros os países, pode ser aligeirada e alicerçada em uma formação científica superficial. Isso não é um tema secundário. Hoje todas as áreas do conhecimento, sem exceção, compreendem que uma formação cultural ampla é necessária para fazer ciência. É impensável uma engenharia que seja incapaz de pensar problemas socioambientais. Seria anacrônico conceber pedagogos e profissionais de educação que não consigam interpretar o racismo, as mudanças nos setores produtivos, e compreender a formação das estruturas de pensamento nas crianças. Todas as áreas exigem uma formação mais completa e complexa do Ensino Médio. O Brasil está ceifando a formação da juventude e isso não deixa de ser uma mensagem sobre o futuro. Os recursos financeiros associados a função ciência e tecnologia despencaram de R\$ 12 bilhões em 2014 para 4,5 bilhões em 2021. As 63 universidades federais brasileiras possuíam já escassos R\$ 2,8 bilhões para investimentos em 2014, em 2021 a previsão é de menos de R\$ 200 milhões; no mesmo período, o custeio das 63 Federais derreteu: despencando de R\$ 9 bilhões para R\$ 5,5 bilhões (previsto na lei orçamentária de 2021).

Então, qual é a projeção do capital? Na lógica atual do capital o cenário é de manter a universidade zumbi, ou seja, a universidade formalmente está aberta, com trabalhos de pesquisa aqui e ali, atividades de ensino, mas já sem condições de uma seiva vital para levar adiante seu desenvolvimento institucional, já sem condições de manter minimamente a assistência estudantil, a democratização importantíssima do perfil social dos nossos estudantes, enfim, e é isso que eu caracterizo como universidade zumbi: ela está viva, mas não está viva.

Somente com alterações políticas substantivas (fim do governo Bolsonaro) vamos ter novamente a universidade como uma instituição capaz de projetar o futuro. A pandemia nos mostra de uma maneira cabal que os países que não têm universidades públicas não são capazes de produzir com soberania insumos para a saúde etc., e que, por isso, estão no pior dos mundos. Vejam a situação exótica que vivemos no Brasil: o

país foi surpreendido com a crise do *just-in-time*: não é verdade que é só apertar o botãozinho que uma semana os produtos estão na nossa mão. Vimos até saque de navios, bloqueio (ou atraso) de saída de insumos de certos países. O Brasil se viu sem condições de produzir máscaras e álcool em gel. O país tem tecnologia para fazer testes diagnósticos para vírus e vacinas, mas não temos os insumos. Isso nos mostra que o afastamento do país de cadeias produtivas mais complexas nos coloca numa situação de muita vulnerabilidade.

Entendo que devemos voltar a pensar o que significa uma soberania não apenas nacional, mas eu diria continental. Nossa produção tecnológica tem de estar em conexão com a América Latina e a África, projetando uma renovada concepção de Nova Ordem Econômica Internacional, questão que foi discutida nos anos 60. Sem transformações políticas substantivas desgraçadamente a minha leitura é de que o risco maior é o da universidade zumbi, o que não vamos permitir. A juventude tem sido capaz de emocionante protagonismo, como no 15 de Maio 2019. Precisaremos lutar muito para impedir que o projeto dominante se realize. O Ministério da Educação virou uma trincheira do negacionismo e da Guerra cultural. O governo federal não gastou os recursos mínimos para melhorar a infraestrutura das escolas e universidades para permitir a volta presencial. Necessitamos superar esse terrível período em que setores sociais encontraram o seu Bolsonaro. Será preciso cambiar o senso comum. A história é dinâmica. Há indícios, lampejos, de que é possível mudar substantivamente a brutal realidade, mas precisamos acelerar o tempo histórico.

MARCELO TOTTI: Muito obrigado, Roberto, pela excelente exposição e pelas colocações no debate. É um prazer ter você aqui, ainda que virtualmente. Você discutiu o papel da universidade e sua relação com a sociedade de maneira brilhante e fazer uma análise de conjuntura, incorporando o papel da Universidade nos próximos anos e os desafios que nós temos que enfrentar. Então eu agradeço

ROBERTO LEHER: Eu peço desculpas pelo problema de agenda que não deveria ter acontecido. Estou frustrado por ter que acelerar a minha participação, mas seguramente vou acompanhar o debate do Anderson Deo. Reitero meus agradecimentos pelo honroso convite e, também, a alegria de estar junto com tantas pessoas que eu admiro por suas imensas contribuições para o adensamento do pensamento crítico em nosso país. Estamos juntos, um abraço muito grande a todas e todos!